

Roteiro Metodológico

O Caminho da Gestão Pública na Expansão da Educação Infantil

1. Introdução: A Lógica do Planejamento Educacional

O planejamento de expansão da educação infantil não é um ato burocrático isolado, mas um organismo vivo que integra evidências estatísticas a intervenções territoriais precisas. Este roteiro propõe uma sequência lógica e rigorosa: partimos da compreensão da realidade local (diagnóstico) para a estruturação dos recursos (infraestrutura e pessoas), culminando na garantia da sustentabilidade (financiamento e execução). O objetivo é converter intuições políticas em uma **gestão orientada por dados e equidade**, assegurando que a expansão priorize aqueles historicamente invisibilizados pelo sistema.

Visão Geral do Plano O Plano de Expansão é um guia estratégico fundamentado em seis dimensões que sustentam a ampliação do atendimento em creches e pré-escolas. Funciona como uma trilha de aprendizagem onde cada fase oferece os insumos necessários para a etapa subsequente, garantindo que o crescimento da rede municipal seja ordenado, financeiramente sustentável e pedagogicamente qualificado.

A eficácia de qualquer estratégia de expansão depende, primordialmente, da precisão com que a gestão identifica e mapeia as lacunas de atendimento na realidade local.

2. Fase 1: O Diagnóstico de Demanda (A Pedra Angular)

Para um planejamento sólido, é imperativo distinguir a demanda visível daquela oculta. Enquanto a demanda manifesta é facilmente identificável, a demanda latente exige um esforço ativo da gestão. O **Mapeamento de Equidade** atua como o filtro de justiça social nesta fase, utilizando dados do **CadÚnico** para identificar o percentual de famílias em situação de pobreza sem atendimento, direcionando recursos para onde a carência é mais severa.

Tipo de Demanda	O que representa	Como é medida
Demanda Manifesta	Crianças cujas famílias já buscaram o sistema e aguardam vaga.	Fila de Espera: Registro nominal e cronológico de crianças de 0 a 5 anos.
Demanda Latente	Crianças com direito à vaga, mas que não estão no radar da gestão por barreiras sociais.	Busca Ativa Escolar Informativa: Estratégias de campo para identificar e cadastrar crianças fora da escola.

Ao quantificar a necessidade real, esses indicadores deixam de ser estatísticas e tornam-se o fundamento para o cálculo de infraestrutura na próxima etapa.

3. Fase 2: Expansão Física e Infraestrutura de Qualidade

A ampliação da rede deve ser multifacetada, indo além da construção civil. Envolve a otimização do patrimônio público e parcerias estratégicas.

Ações Prioritárias para Ampliação:

- [] **Reorganização da rede:** Otimização de salas de aula ociosas em escolas existentes.
- [] **Construção de novas unidades:** Projetos via ProInfância ou Novo PAC.
- [] **Ampliação de unidades:** Aumento da capacidade em creches já em operação.
- [] **Conveniamento com OSCs:** Parcerias com organizações da sociedade civil (filantrópicas/comunitárias).
- [] **Retomada de obras:** Conclusão de construções paralisadas ou inacabadas.

Crerios de Garantia de Qualidade: As novas instalaões devem assegurar ventilaão, iluminaão natural e áreas específicas de higiene. O cumprimento rigoroso da NBR 9050 é obrigatório para garantir a acessibilidade universal, permitindo que o ambiente escolar seja inclusivo desde a sua concepção.

Dica do Consultor: Não veja a NBR 9050 apenas como uma obrigação legal. Espaços acessíveis reduzem custos de adaptação futura e garantem que a expansão nasça sob o signo da inclusão total.

Contudo, estruturas físicas sem o suporte de profissionais qualificados são apenas prédios; o capital humano é o que converte espaço em ambiente educativo.

4. Fase 3: O Capital Humano (Equipe e Proporções)

A expansão da rede exige um planejamento rigoroso da força de trabalho para que o aumento quantitativo não resulte em perda de qualidade pedagógica. É fundamental respeitar as proporções recomendadas e investir na formação contínua.

Metas de Relação Aluno/Profissional:

1. Crianças de **0 a 1 ano**: Limite de até **5 crianças** por profissional.
2. Crianças de **1 a 2 anos**: Limite de até **8 crianças** por profissional.
3. Crianças de **2 a 3 anos**: Limite de até **12 crianças** por profissional.

Dica do Consultor: Alinhe os programas de formação continuada aos eixos da **BNCC** e às diretrizes de **relações étnico-raciais**. Uma expansão qualificada exige professores preparados para mediar o desenvolvimento integral e combater preconceitos desde o berçário.

Com o quadro docente estabelecido, a gestão deve assegurar que o estudante chegue à unidade e receba o suporte necessário para sua permanência.

5. Fase 4: Dimensões de Apoio (Logística e Cuidado)

O suporte logístico é o pilar que viabiliza a equidade no acesso. O plano de expansão deve integrar transporte seguro e nutrição de excelência.

- **Transporte Escolar:** Uso de veículos adaptados com cadeirinhas e monitores, seguindo o modelo "**Bebê Móvel**".
- **Alimentação Escolar:** Garantia de que, no mínimo, **30% dos recursos** sejam destinados à compra direta da **Agricultura Familiar**.
- **Apoio ao Aleitamento:** Implementação de estratégias incentivando a continuidade da amamentação no ambiente escolar.

Uma vez estruturada a logística, é necessário validar o lastro orçamentário e as diretrizes jurídicas que sustentam o plano.

6. Fase 5: Viabilidade Financeira e Critérios de Priorização

A viabilidade financeira é o que separa um plano de intenções de uma política pública real. É preciso mapear as fontes de custeio e normatizar o acesso com foco em quem mais precisa.

Quadro Resumo: Fontes de Financiamento

Fonte de Recurso	Regra de Aplicação / Programa
VAAT (Fundeb)	Mínimo de 50% obrigatoriamente destinado à Educação Infantil.
Programas Federais	Adesão obrigatória ao PNAE (Alimentação) e PNATE (Transporte).
Apoio Pedagógico	Recursos via PNLD (Livros Didáticos) para a primeira infância.
Manutenção	Pleito de recursos para o Apoio a Novas Turmas (antecipação do Fundeb).

Critérios de Priorização (Foco em Equidade): A normatização municipal deve priorizar a ocupação das vagas para:

- Crianças em situação de pobreza ou vulnerabilidade social (via **CadÚnico**).
- Filhos de mulheres vítimas de violência (em conformidade com a **Lei Maria da Penha**).

- Crianças com deficiência ou em situações de risco social/pessoal.

Com os recursos garantidos, o gestor utiliza ferramentas de execução para transformar decisões em ações monitoráveis.

7. Fase 6: O Plano de Ação (Método 5W2H)

O método 5W2H é essencial na gestão educacional para eliminar ambiguidades administrativas e definir responsabilidades claras, evitando atrasos e desperdício de recursos.

Campo (5W2H)	Exemplo Prático: Sistema de Fila Unificada
O que? (What)	Implantar sistema digital de fila unificada e transparente.
Por que? (Why)	Garantir transparência pública e equidade no acesso às vagas.
Quem? (Who)	Secretaria de Educação e Departamento de TI.
Quando? (When)	Início imediato, com conclusão em 6 meses.
Onde? (Where)	Em toda a Rede Municipal de Ensino.
Como? (How)	Contratação/customização de software e treinamento de secretários escolares.
Quanto? (How much)	R\$ [Valor previsto em dotação orçamentária].

Dica do SIGEMEC: Utilize esta ferramenta para monitorar o desvio orçamentário. Se o "Quanto" começar a exceder o previsto, o "Como" deve ser imediatamente revisado para não comprometer outras fases da expansão.

Conclusão: Dicas SIGEMEC para o Sucesso

Para que o plano se torne uma política de estado resiliente, observe estes três pilares finais:

Integração Orçamentária

As metas de expansão devem estar espelhadas no **Plano Plurianual (PPA)** e na **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. Sem essa integração, as novas vagas correm o risco de descontinuidade por falta de custeio no exercício seguinte.

Gestão Democrática

O **Conselho Municipal de Educação** deve ser protagonista na validação dos critérios de priorização. Isso confere segurança jurídica ao gestor e transparência à sociedade, legitimando as escolhas políticas baseadas em equidade.

Foco no Território e Georreferenciamento

A expansão deve ocorrer onde a demanda está. Utilize ferramentas de **georreferenciamento** para cruzar dados de residência das crianças com a localização das escolas, evitando deslocamentos exaustivos e garantindo o direito à educação próxima ao território de vivência.